



IV-020 - ANÁLISE EVOLUTIVA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JUCU

Adriana de Oliveira Pereira dos Reis⁽¹⁾

Engenheira Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialista em Gestão Normativa de Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestre em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Espírito. Professora da Coordenadoria de Saneamento Ambiental do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes.

Márcia Maria Rios Ribeiro

Engenheira Civil pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade Federal de Campina Grande.

Endereço⁽¹⁾: Av. Arino Gomes Leal, 1700 – Bairro Santa Margarida - Colatina - ES - CEP: 29700-660 - Brasil - Tel: (27) 3723-1509 - e-mail: adrianareis@ifes.edu.br

RESUMO

A Política Nacional de Recursos Hídricos estabelece que, para a gestão descentralizada, integrada e participativa dos recursos hídricos deve haver a instituição de dois entes públicos: os comitês de bacia hidrográfica e as agências de bacia. A Política Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, assim como outras políticas estaduais, traz em seu texto a figura dos Comitês de Bacia Hidrográfica como órgãos regionais e setoriais, deliberativos e normativos de uma bacia hidrográfica. Para apoio à gestão dos Recursos Hídricos no Estado foram definidas doze Bacias Hidrográficas ou Regiões Hidrográficas, sendo nove bacias estaduais e três federais. Considerando a importância de uma gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos e a recente operacionalização da gestão desses recursos no Estado do Espírito Santo, inevitável seria a instituição do comitê de bacia hidrográfica do Rio Jucu. Os comitês estaduais no estado são de criação bem recente, sendo o primeiro comitê instituído em 2001. O Rio Jucu, juntamente com o Rio Santa Maria da Vitória, constituem os dois principais mananciais de abastecimento da Região da Grande Vitória. E certamente o Comitê do Rio Jucu teria seu momento na história da gestão dos recursos hídricos do estado. A mobilização em prol de criação de um comitê na bacia hidrográfica do Rio Jucu iniciou-se em 2001, indicando um movimento forte no sentido de gerir aquele recurso hídrico. Nenhum dos comitês do Estado possui agência de bacia. Por consequência, nenhum dos instrumentos de gestão estabelecidos pelas políticas estadual e nacional de recursos hídricos constituiu foco de ação dos comitês. Desta forma, o órgão gestor do Estado, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, tem assumido a implementação da outorga, do sistema de informação e do enquadramento no Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Comitê, Bacia Hidrográfica, Rio Jucu.

INTRODUÇÃO

No Estado do Espírito Santo, a Lei nº. 5.818, de 29 de dezembro de 1998, dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e institui o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos (SIGERH/ES). Assim como as políticas de todos os demais Estados da Federação, a PERH traz em seu texto a figura dos Comitês de Bacia Hidrográfica como órgãos regionais e setoriais, deliberativos e normativos de uma bacia hidrográfica.

O primeiro comitê de bacia hidrográfica criado no Espírito Santo, em caráter provisório, foi o comitê do Rio Itaúnas (CBH-Itaúnas), em 27 de agosto de 1998. Sua criação se deu, portanto, antes da implementação da Política Estadual. A aprovação da PERH exigiu adequações no comitê provisório do Rio Itaúnas, com sua aprovação em definitivo pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 22 de março de 2001.

O Estado do Espírito Santo já possui sua PERH há quase uma década e, atualmente estão implantados e/ou em processo de criação dez comitês de bacia hidrográfica. Nenhum deles conta com agência de bacia e, por consequência, o processo de outorga, instituído no Estado há cerca de quatro anos (os critérios gerais de outorga foram estabelecidos por Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos editada em 2005, com



critérios técnicos e administrativos fixados por instruções normativas editadas ao longo do ano de 2006), está concentrado no Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA).

Vale ressaltar que no Estado foram definidas as Bacias Hidrográficas ou Regiões Hidrográficas, num total de doze regiões, para apoio à gestão dos recursos hídricos, a saber: Itaúnas, São Mateus, Doce, Riacho, Reis Magos, Santa Maria da Vitória, Jucu, Guarapari, Benevente, Rio Novo, Itapemirim e Itabapoana. E que o processo de criação dos comitês partiu de uma mobilização da sociedade, não sendo imposta instituição de comitês pelo órgão gestor do Estado, o IEMA.

Adicionalmente, os comitês estaduais assinaram, no dia 13 de junho de 2007, a moção nº. 001/2007 solicitando a implantação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada em reunião no CERH em 31 de julho de 2007.

Considerando a importância de uma gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos e a recente operacionalização da gestão desses recursos no Estado do Espírito Santo, este trabalho tem por objetivo analisar, em particular, a evolução do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu, discutindo aspectos relacionados com a sua criação, processo de estruturação e evolução.

METODOLOGIA

A metodologia empregada para formulação deste trabalho foi composta pelas seguintes etapas:

- Revisão bibliográfica: Leitura de material técnico voltado para a discussão do processo de criação e evolução de comitês de bacias hidrográficas em funcionamento no Brasil.
- Consulta de acervo técnico/Coleta de dados; Nesta etapa foi consultado o acervo técnico existente no Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo, incluindo as resoluções aprovadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e os pareceres da Câmara Técnica de Apoio e Fomento a Comitês de Bacias Hidrográficas. Reuniu-se, desta forma, material sobre o histórico de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu e seu estágio de atuação.
- Análise e discussão dos resultados: Nesta etapa foram analisados os dados coletados nas etapas anteriores, buscando-se estabelecer uma discussão acerca do processo de evolução do comitê do Rio Jucu, desde a fase inicial do processo de mobilização até a sua instituição.

RESULTADOS

Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo – SIGERH/ES

A Lei nº. 5.818, de 29 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), institui o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (SIGERH/ES).

O SIGERH/ES, de base colegiada e democrática, é integrado por órgãos e entidades estaduais e municipais, pela sociedade civil organizada e usuários, intervenientes no planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos. Compõem o SIGERH/ES: o Conselho Estadual de Recursos hídricos (CERH), órgão deliberativo e normativo central do Sistema; a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), por intermédio da Coordenação de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, órgão gestor central e coordenador do Sistema; os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH); e as Agências de Bacia Hidrográfica.

É relevante registrar que o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), órgão responsável pela implantação e execução da PERH, só foi criado em 2002, não figurando como componente do SIGERH/ES. Esta deformação institucional deve ser brevemente corrigida, uma vez que está em análise e discussão no CERH uma minuta de lei que altera o texto da Lei nº 5.818/98.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), criada em 1988, é o órgão gestor central e coordenador do Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos do



Estado do Espírito Santo e é o responsável pelo gerenciamento, de forma articulada, com os demais órgãos da administração pública, das Políticas Estaduais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) é uma entidade autárquica, com autonomias técnicas, administrativas e financeiras, vinculado à SEAMA. O Instituto tem por finalidade, dentre outras, implementar as políticas de gestão dos recursos hídricos. Na sua estrutura, o IEMA conta com uma Diretoria de Recursos Hídricos e uma Gerência de Recursos Hídricos. Vinculada à Gerência seguem três coordenadorias: Coordenação de Outorga e Rede Hidrometeorológica, Coordenação de Análises e Parâmetros Ambientais e Coordenação de Planejamento de Bacias Hidrográficas e Apoio a Comitê. Cabe a esta última coordenação todo o suporte técnico e acompanhamento dos comitês de bacias hidrográficas criados ou em processo de implantação no Estado do Espírito Santo.

Já o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) é um órgão colegiado central em nível de deliberação superior do Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos, tendo funções deliberativas, normativas e recursais, sendo integrante da estrutura organizacional da SEAMA. Dentre as atribuições do Conselho figura a aprovação das propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e o estabelecimento dos critérios gerais para elaboração de seus regimentos internos.

O Processo de Criação de Comitês de Bacias Hidrográficas no Espírito Santo

No Estado do Espírito Santo foram definidas as Bacias Hidrográficas ou Regiões Hidrográficas, num total de doze regiões, para apoio à gestão dos recursos hídricos, a saber: Itaúnas, São Mateus, Doce, Riacho, Reis Magos, Santa Maria da Vitória, Jucu, Guarapari, Benevente, Rio Novo, Itapemirim e Itabapoana.

O processo de criação dos comitês partiu de uma mobilização da sociedade, não sendo imposta instituição de comitês pelo órgão gestor do Estado, o IEMA. A Figura 1 apresenta o mapa contendo as doze regiões hidrográficas.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou as Resoluções CERH 001/2000 e CERH 002/2001 no intuito de estabelecer as diretrizes e normas para o processo de instituição de Comitês de Bacias Hidrográficas.

Neste sentido, a Resolução CERH nº. 001, de 30 de Novembro de 2000, estabeleceu diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas e ou Regiões Hidrográficas, de forma a implementar o SIGERH/ES. Enquanto que a Resolução CERH nº. 002, de 18 de dezembro de 2001, definiu as regras para a divulgação de Proposta de Criação de Comitês.

No Espírito Santo, normalmente ocorre um processo de mobilização de representantes da sociedade (usuários, sociedade civil e poder público) e indicação de membros de cada segmento por município constituinte daquela bacia, onde se deseja implementar o comitê. Costumeiramente, essa mobilização é realizada por organizações não governamentais e o processo de mobilização, via de regra, é apoiado por alguns parceiros além da SEAMA/IEMA, inclusive sob acompanhamento de técnicos do órgão gestor.

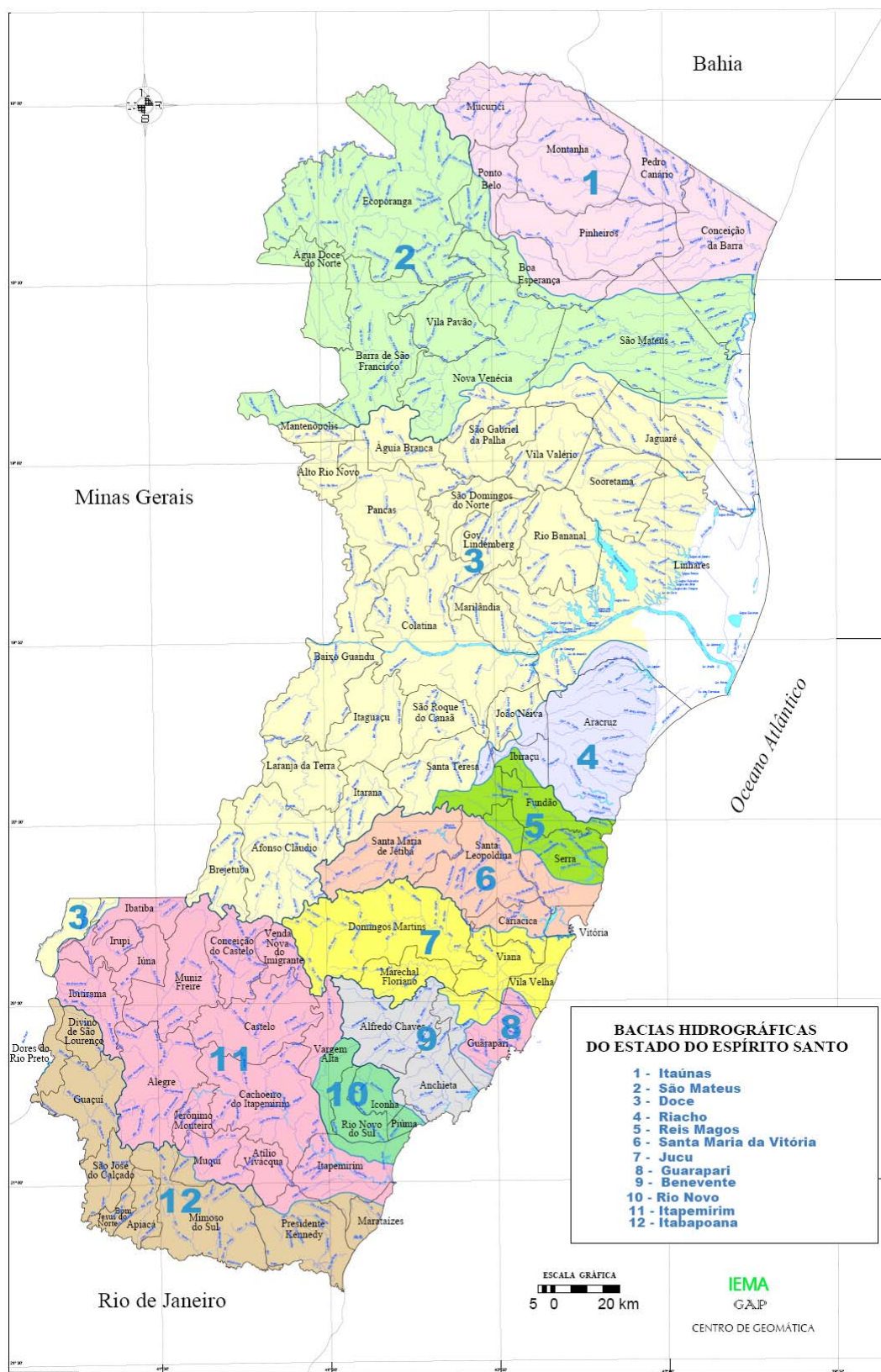


Figura 1: Regiões Hidrográficas do Estado do Espírito Santo

Fonte: Gerência de Geomática, IEMA.



Após a indicação/eleição de representantes de cada setor da sociedade, normalmente é realizada uma reunião para ser eleita a diretoria provisória do comitê, e dentre os membros dessa diretoria são eleitos os Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo. Nesta etapa, enfrenta-se um problema na constituição dos comitês estaduais, uma vez que a Lei nº. 5.818/98 (Artigo 43, § 2º) não prevê a figura de Secretário Executivo. A Resolução CERH nº. 001/2000, por sua vez, não prevê a figura do Vice-Presidente, mas sim da Secretaria Executiva. Espera-se que com a revisão da Lei Estadual 5.818/98, que sugere a inclusão da figura da Secretaria Executiva, venha a regularizar essa composição.

Inicialmente, os mobilizadores (ou os membros já eleitos da diretoria provisória do comitê) encaminham ao CERH um ofício, subscrito paritariamente pelo poder público, sociedade civil organizada e usuários de água com atuação na bacia, informando da intenção de criar o Comitê de Bacia Hidrográfica. Deve ser publicado esse “Comunicado de Intenção de Instituição de Comitê de Bacia Hidrográfica” no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e em jornal de grande circulação no Estado.

Transcorridos 30 dias úteis da publicação do Comunicado de Intenção de Instituição de Comitê de Bacia Hidrográfica, e não havendo qualquer pronunciamento como decorrência da publicação, a proposta de Instituição do Comitê, o que comumente é denominado “Documento de Bacia” poderá ser protocolizado no referido CERH para iniciar-se oficialmente a apreciação. Antes da apreciação da proposta de criação do comitê pela plenária do CERH, todo o processo é avaliado pela Câmara Técnica Permanente de Formação, Fomento e Acompanhamento dos Comitês e Agências de Bacias Hidrográficas. Após aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o comitê será efetivamente criado mediante assinatura Decreto de Criação do comitê pelo Governador do Estado.

É importante relatar que os comitês em fase de instituição são comumente chamados no órgão de pró ou pré-comitês de bacias hidrográficas, para diferenciação entre os CBH com Decreto de Criação e aqueles comitês que ainda aguardam o decreto.

Após a instituição do Comitê, o Secretário-Executivo do CERH, no prazo de trinta dias, deverá dar posse aos respectivos Presidente e Secretário Interinos, com mandato de até seis meses, podendo ser prorrogado por igual período à critério do Conselho. Esses deverão coordenar a organização e instalação do Comitê Definitivo. Nesta fase, os membros da diretoria provisória aprovam as deliberações que nortearão o processo eleitoral. Paralelamente, aprova-se o regimento interno, que deverá ser registrado em até sessenta dias pelo então Presidente da Diretoria Definitiva.

Uma descrição de todas as etapas necessárias à criação de um comitê de bacia hidrográfica no Estado do Espírito Santo é apresentado no Quadro 01. Cabe ressaltar que o quadro apresenta os “oito passos” para a criação de comitês estaduais, cuja elaboração foi realizada por técnicos do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.



Quadro 01- Etapas do processo de criação de um comitê de bacia hidrográfica no Espírito Santo

1º passo	→	Instituições representantes da SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, USUÁRIOS E PODER PÚBLICO se reúnem para encaminhar OFÍCIO de intenção de criação de Comitê, assinado por seus representantes legais de forma paritária, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH).
2º passo	→	Publicar Comunicado de intenção de criação de CBH (também assinado pelos representantes legais dos três Segmentos acima citados) no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação no Espírito Santo, seguindo o modelo expresso na Resolução CERH 002/2001.
3º passo	→	Aguardar 30 dias úteis
4º passo	→	Não havendo qualquer pronunciamento como decorrência do Comunicado, poderá ser protocolizada no Conselho de Recursos Hídricos a proposta para a instituição do Comitê.
5º passo	→	Após aprovação do CERH, a proposta será efetivada mediante Decreto do Governador.
6º passo	→	Após a instituição do Comitê, caberá ao Secretário (a) Executivo (a) do CERH, no prazo de trinta dias, dar posse à diretoria provisória, com mandato de até seis meses, podendo ser prorrogado por igual período a critério do CERH, com incumbência exclusiva de coordenar a organização e instalação do Comitê.
7º passo	→	<p>O Presidente Interino deverá realizar: Em até cinco meses, contados a partir da data de sua nomeação:</p> <p>I - a articulação com os Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal, a que se refere o inciso I e II, do art. 39 da Lei nº. 9.433/97 para indicação, no que couber, de seus respectivos representantes;</p> <p>II - a escolha, por seus pares, dos representantes das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia, a que se refere o inciso V do art. 39 da Lei nº. 9.433/97, podendo as entidades civis referenciadas, a serem qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; e</p> <p>III - o credenciamento dos representantes dos usuários de recursos hídricos através de seus pares. O processo de escolha e credenciamento dos representantes será público, com ampla e prévia divulgação.</p> <p>Em até seis meses, podendo ser prorrogado por igual período a critério do CERH, contados a partir da data de sua nomeação:</p> <p>I - aprovação do regimento do Comitê; e</p> <p>II - eleição e posse da diretoria do Comitê.</p>
8º passo	→	O Presidente eleito do Comitê de Bacia deve registrar seu regimento no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir de sua aprovação.

Fonte: Adaptado de Processo de Criação e Constituição de Comitês Estaduais de Bacia Hidrográfica (www.iema.es.gov.br)

Nota:

A proposta de criação de comitês deverá conter:

I) Justificativa circunstanciada da necessidade e oportunidade de criação do Comitê e diagnóstico da situação dos recursos hídricos na bacia hidrográfica, e quando couber identificação dos conflitos entre usos e usuários,



dos riscos de racionamento dos recursos hídricos ou de sua poluição e de degradação ambiental em razão da má utilização desses recursos e estudo preliminar de fontes de recursos;

II) Caracterização da bacia hidrográfica que permita propor a composição do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e identificação dos setores usuários de recursos hídricos;

III) A indicação da diretoria provisória paritária.

Evolução Histórica e Estágio Atual do Comitê de Bacia Hidrográfica

No Estado do Espírito Santo existem atualmente nove comitês legalmente instituídos (CBH Rio Itaúnas, CBH Rio Benevente, CBH Rio Novo, CBH Rio Santa Maria do Rio Doce, CBH Rio Itapemirim, CBH Rio Guandu, CBH São José, CBH Jucu e CBH Santa Maria da Vitória). Existe ainda um comitê federal (CBH Doce) e um consórcio federal (Consórcio Itabapoana), e dois pró-comitês (Pró-Comitê dos Afluentes Capixabas do Rio São Mateus e Pró-Comitê das Bacias Hidrográficas Costeiras do Litoral Centro Norte do Espírito Santo).

Os Pró-Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu

Os rios Santa Maria da Vitória e Jucu constituem os dois principais mananciais de abastecimento de água da Região da Grande Vitória.

No dia 19 de julho de 2001, foi proposta a criação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu, a qual foi protocolizada na SEAMA, requerendo a criação de um único comitê para as duas bacias.

Posteriormente foram colocados questionamentos da sociedade e algumas instituições quanto à proposta de criação de um Comitê. Para dirimir o conflito houve a tentativa, por parte da SEAMA, de iniciar um processo de mobilização nos municípios que compõem as bacias, com a finalidade de aprofundar e intensificar as discussões, envolvendo os diversos atores de gestão, o qual não teve continuidade.

No dia 16/09/2003, foi realizada na sede do IEMA uma reunião com membros da sociedade com o objetivo de dar um encaminhamento quanto às duas propostas para criação de Comitês existente no CERH, abrangendo áreas comuns. Em 16/06/2004, houve uma reunião no IEMA, com o propósito de formar um comitê individual para cada uma das Bacias Hidrográficas do Rio Santa Maria da Vitória e do Rio Jucu.

Importante relatar que o Consórcio Santa Maria-Jucu (Consórcio Intermunicipal de Recuperação das Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu) vigorou de 1991 a 2006.

Área de Estudo – Bacia Hidrográfica do Rio Jucu

A bacia hidrográfica do Rio Jucu tem aproximadamente 2.200Km², sendo composta por cinco municípios: Domingos Martins, Viana, Cariacica, Guarapari e Vila Velha.

O rio Jucu nasce no município de Domingos Martins e segue com dois braços (Rio Jucu braço norte e braço sul), que ao se unirem formam um único rio, o qual deságua em Vila Velha. A Figura 2 apresenta a Bacia Hidrográfica com seus principais afluentes.



Para o término da formalização deste Comitê, faltava apenas o Decreto de Criação assinado pelo Governador do Estado, uma vez que a sua aprovação no CERH ocorreu no dia 31 de julho de 2007, na 17ª Reunião Ordinária do CERH. O Decreto de Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu foi assinado em 09 de outubro de 2007, pelo Governador do Estado.



A Tabela 1 contém um resumo das principais ocorrências relativas à formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu.

Tabela 1: Formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu

FORMAÇÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JUCU				
Ofício encaminhado ao CERH	Publicação do Comunicado de Intenção em Diário Oficial e em Jornal	Documento de Bacia, entregue ao CERH	Aprovação pelo CERH	Decreto de Criação
Ofício 001/2006-CBH Jucu (diretoria provisória), 31/10/2006	DIO/ES, 21/12/2007 Jornal A TRIBUNA, 18/05/2007	14/05/2007	31/07/2007	Decreto Estadual nº 1935-R, assinado em 09 de outubro de 2007.

CONCLUSÕES

Com base no trabalho realizado, concluiu-se que:

- Dos diferentes órgãos que constituem a estrutura institucional, a SEAMA, o IEMA e o CERH têm assumido papel relevante na gestão dos recursos hídricos do Estado do Espírito Santo.
- A mobilização em prol de criação de um comitê na bacia hidrográfica do Rio Jucu iniciou-se em 2001, ano em que foi criado o primeiro comitê do Espírito Santo, indicando um movimento forte no sentido de gerir aquele recurso hídrico.
- O Consórcio Santa Maria-Jucu, embora tivesse vigorado de 1991 a 2006, trouxe aspectos positivos quanto ao diagnóstico de ambas as bacias e o envolvimento de atores na criação dos comitês.
- A criação de comitês no Estado deve observar um conjunto de etapas claramente definidas por meio de resoluções normativas do CERH. A não observância das etapas processuais estabelecidas pelo Conselho produziu atrasos no processo de instituição de alguns comitês de rios de domínio do Estado.
- Das doze bacias hidrográficas definidas no Estado do Espírito Santo, sendo 09 bacias estaduais e 03 federais (Rios São Mateus, Doce e Itabapoana), um total de 09 comitês estaduais foram efetivamente criados, representando a instituição de 100% dos comitês estaduais previstos.
- Dos comitês que já elegeram e empossaram suas diretorias executivas, 05 CBH's já possuem regimento interno concluído (CBH-Itapemirim, CBH-Benevente, CBH-Rio Novo, CBH-Santa Maria do Rio Doce, CBH-Itaúnas).
- Nenhum dos comitês do Estado possui uma agência de bacia. Por consequência, nenhum dos instrumentos de gestão estabelecidos pelas políticas estadual e nacional de recursos hídricos constituiu foco de ação dos comitês. No Espírito Santo, a outorga, o sistema de informação e o enquadramento estão centralizados na Gerência de Recursos Hídricos do IEMA. A cobrança e, conseqüentemente, a compensação aos municípios (instrumento mantido na política estadual, apesar de ter sido vetado quando da aprovação da política nacional) não são focos de discussões no âmbito estadual, não possuindo quaisquer regulamentações do CERH.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, 09 jan. 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10 set. 2007
2. ESPÍRITO SANTO. Resolução CERH nº. 001, de 30 de novembro de 2000: Estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas e ou Regiões Hidrográficas, de forma a implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo - SIGERH/ES, conforme estabelecido pela Lei nº. 5818, de 30 de dezembro de 1998. Disponível em http://www.iema.es.gov.br/web/RES_CERH_001.htm. Acesso em 25 de maio de 2007.
3. ESPÍRITO SANTO. Resolução CERH nº. 002, de 18 de dezembro de 2001: Completa as diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas e ou Regiões Hidrográficas, estabelecidas na Resolução 001 de 30 de novembro de 2000, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH. Disponível em http://www.iema.es.gov.br/web/RES_CERH_002.htm. Acesso em 25 de maio de 2007.
4. ESPÍRITO SANTO. Lei nº. 5.818, de 29 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos, do Estado do Espírito Santo - SIGERH/ES, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Vitória, 30 dez.1998. Disponível em: <http://www.dioes.com.br/dio/Paginas/busca.aspx>. Acesso em 25 de maio de 2007.
5. REIS, A. O. P. Evolução dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Espírito Santo. Campina Grande, 2007. Monografia. Universidade Federal de Campina Grande, 2007.